ATA N.º 26 – 2021/2025

Sessão Ordinária de abril

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta cidade de Albergaria-a-Velha, reuniu a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, que declarou aberta a sessão pelas 21:24 horas, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino, e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva, com a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: do CDS-PP: Rui Manuel Pereira Marques, Luís Serafim Baptista da Silva, Arménio Henrique Oliveira Martins da Silva, Pedro Jorge Rebelo Tavares, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos, Carla Cristina Caetano Castro, Filipe Eduardo Sarabando Marques, que compareceu mais tarde conforme oportunamente indicado em ata, e Paulo Jorge Rodrigues Marques da Cruz, em substituição; do PPD/PSD: Sara Fernanda Vinga da Quinta; do PS: Firmino Ruas Mendes. -----

Igualmente compareceram os representantes das Juntas de Freguesia: Paula Cristina Pereira Nunes da Silva, em substituição de Jorge Manuel Lemos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, José Carlos Estrela Coelho, Presidente da Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas, e Ana Maria de Melo Bastos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes, Sandra Isabel da Silva Melo Almeida, Maria Isabel Esteves Campos Cruz e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, que compareceu mais tarde, conforme oportunamente indicado em ata, do CDS-PP; Pedro Eduardo Trigo Araújo e Nuno Gilberto Silva Ribeiro, este em substituição de Delfina Lisboa Martins da Cunha, cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do PPD/PSD. -----

Comunicaram substituição na presente sessão, nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, os Membros Municipais efetivos Ana Carina Brandão Amaral e Tiago Alexandre Rodrigues Valente, do CDS-PP; José Licínio Tavares Pimenta e Rui Pedro Figueiredo Marques, do PPD/PSD. Comunicou ainda substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Jorge Manuel Lemos Silva, tendo sido substituído pela representante acima indicada. -----

Faltaram justificadamente: a Membro Municipal efetiva Cristina Margarida Rodrigues Sequeira e a Membro Municipal em substituição Maria da Conceição Gomes Vieira, do CDS-PP, os Membros Municipais efetivos Eduardo Nuno Alves de Castro e Pereira Marques, Ana Luísa Silva Souto, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, João Filipe Tavares de Almeida, e os Membros Municipais em substituição Cristina Maria Pereira Faria Baixinha e Mário Américo de Oliveira Souto, do PPD/PSD. ----

Estavam, pois, presentes, no início da sessão, dezanove dos vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – cumprimentou os presentes, saudando os Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores Membros Municipais, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, os colaboradores da autarquia, o público que acompanha a sessão presencialmente, bem como a Comunicação Social. Informou que, face aos constrangimentos decorrentes no corte de fornecimento de energia elétrica que abrangeu a Península Ibérica, a presente sessão não será objeto de transmissão em direto, ao abrigo da disposição regimental prevista no artigo 31º, n.º 6. Mais disse que a ausência de energia elétrica e o conseqüente impacto no sistema de comunicação telefónica fixa e móvel o impediu de manter contacto continuado com os Líderes Municipais do CDS-PP e do PS, tendo falado pessoalmente com a Líder Municipal do PPD/PSD, Sara Quinta e com o Senhor Presidente da Câmara. Esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal garantiu a existência de eletricidade através de um gerador e, a partir desse momento, considerou estarem reunidas as condições para a realização da presente sessão, desde que houvesse quórum, não existindo fundamentação legal e/ou regimental que baseasse uma eventual desconvoação da sessão convocada para a presente data, nem tão pouco dispunha dos meios técnicos para o fazer, se fosse essa a decisão que viesse a ser considerada. Assim, e havendo quórum para iniciar a sessão, com a presença de dezanove Membros Municipais, deu início à sessão, solicitando inscrições para intervir sobre este assunto, atendendo ao facto de ser uma situação que ultrapassa o contexto normal e que a todos preocupou, pese embora já se constate, e haja informação, sobre uma rápida reposição da normalidade. -----

Firmino Mendes – PS – indicou que, na sua opinião, a presente sessão da Assembleia Municipal não deveria realizar-se. -----

Presidente da Assembleia Municipal – esclareceu não ter base legal para não dar início à sessão de abril da Assembleia Municipal. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – usou da palavra, cumprimentando todos os presentes. Indicou que efetivamente não foi decretado Estado de Emergência, percebendo os motivos pelos quais não se pode e não se está a adiar a presente sessão, pela ausência de fundamento legal e uma vez que estão presentes Membros Municipais em número suficiente para a iniciar. Mais disse que, havendo dificuldade na realização de comunicações, não foi possível à bancada do PPD/PSD reunir todos os Membros Municipais que normalmente conseguem estar presentes e, no momento, pensa estar aqui o único Membro Municipal que a acompanha, no sentido de estar presente para saber o que iria acontecer. Pela proximidade de localização da própria em relação aos Paços do Concelho, informou saber que iria realizar-se a sessão de Assembleia Municipal, mas no espaço de tempo em que a eletricidade foi repostada, pelo menos no centro de Albergaria-a-Velha, com o início da Assembleia Municipal, e tendo em conta que nas freguesias ainda não existe energia elétrica, mais as dificuldades em transmissão e comunicação com os outros Membros Municipais, justificava a ausência dos

mesmos, pedindo que sejam efetivamente justificadas as respetivas faltas por motivos completamente extraordinários.

De imediato, deu início à análise dos assuntos agendados para a presente sessão, conforme Edital n.º 55/21-25, cuja Ordem do Dia se transcreve:

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público

D – Período de Antes da Ordem do Dia

E – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de fevereiro, realizada em 28.02.2025

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”

Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório e Contas, Inventário de Bens e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2024

Ponto 4 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (2ª Revisão) e às Grandes Opções do Plano (2ª Revisão) do Município de Albergaria-a-Velha para 2025

Ponto 5 – Apreciação e votação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Telhadela – Freguesia de Ribeira de Fráguas

Ponto 6 – Apreciação e votação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Frossos – Freguesia de S. João de Loure e Frossos

Ponto 7 – Apreciação da listagem de compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal, na sessão de 13 de dezembro de 2024 (ano de 2025), no período de 01.02.2025 a 11.04.2025

Ponto 8 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos de imediata executoriedade, dos pontos 3 a 6 do Edital n.º 55/21-25, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação

F – 2.º Período da Intervenção aberta ao Público (limitado a questões constantes da Ordem do Dia)

A – EXPEDIENTE, ANÚNCIOS E INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA MESA

Presidente da Assembleia Municipal – deu conhecimento da correspondência recebida no período compreendido entre 29 de fevereiro e 28 de abril de 2025, nomeadamente:

Do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha:

- fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 04 a 07/2025;

- convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Segurança Alargado de Albergaria-a-Velha, realizada no dia 20.03.2025;

- relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2024;

Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associado, SROC, Lda.”:

- Certificação Legal das Contas relativos ao Relatório da gestão e demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro 2024 do Município de Albergaria-a-Velha. -----

B – APRESENTAÇÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO, PESAR OU OUTROS -----

Sem intervenções. -----

C – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

Presidente da Assembleia Municipal – informou haver uma inscrição, de Ana Paula Gomes da Silva Melo de Oliveira Aidos, para o 1.º período de intervenção aberto ao público, sobre “esclarecimento sobre obras no Largo da Senhora das Dores em Paus, Alquerubim”, a quem deu a palavra. -----

Ana Paula Gomes da Silva Melo de Oliveira Aidos – usou da palavra, indicando que a sua intervenção tem como objetivo ser esclarecida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em representação da edilidade, uma vez que, apesar das *mui dignas* comemorações do 51º aniversário do 25 de Abril no concelho, em Alquerubim existe um enorme défice democrático e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não responde às interpelações dos fregueses. Por outro lado, como não são colocadas placas informativas nas obras, com a indicação do dono da obra, designação, financiamento, prazos, entre outras informações, não se sabe o que se passa. Na qualidade de cidadã deste concelho, questionou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a veracidade da informação que está a veicular relativamente ao facto de a Câmara Municipal ter dado ou irá dar € 50.000,00 (cinquenta mil euros) para apoiar a construção de um bar para a Comissão de Festas da Senhora das Dores, em Alquerubim – Paus, tendo a Junta de Freguesia convidado pedreiros, eletricitistas e canalizadores para oferecerem os seus serviços, uma vez que esse valor não será suficiente. A ser verdade, e apesar de ser católica, de contribuir para comissões de festas, e até já ter sido mordoma de uma comissão de festas, indicou não poder deixar de demonstrar a sua total discordância. Lembrou que Portugal é um estado laico e a Câmara Municipal não pode comparticipar reconstruções de casas paroquiais, nem bares de comissões de festas. Questionou se vão dar € 50.000,00 (cinquenta mil euros) a cada Comissão de Festas, pois só para Alquerubim estima, por baixo, cerca de € 300.000,00 (trezentos mil euros). Mais disse que, no lugar de Frias, ao que a própria sabe, a Câmara Municipal já construiu um bar ou bares, de legalidade duvidosa, fazendo concorrência desleal aos estabelecimentos que pagam rendas, impostos, ordenados, entre outras despesas. Eventualmente não estaria mal se não se vivesse num concelho adiado. Lembrou que este município foi pioneiro na construção de redes de água e saneamento e na construção e criação do sistema regional do Carvoeiro, mas, a partir daí, é aquilo que se vê, havendo tanto para fazer. Questionou onde está o prometido, um parque verde, que não sai dos papéis e dos programas; por que razão não são criados lotes, urbanizar para colocar à venda para construção a custos controlados, perguntando ainda quando será criada uma verdadeira rede de transportes públicos, uma creche na zona industrial e quando será feita a requalificação da rede viária. Sobre a famigerada Avenida Dona Teresa, disse que a própria, se fosse autarca, lhe diria que morria de vergonha por ter uns metros de alcatrão, a que se chama Avenida, sem um arranjo urbanístico, ainda que seja verdade que no local existe uma bonita estátua. Questionou quando existirá uma verdadeira

intervenção social e fixação da população. Tem-se uma zona industrial em crescimento, mas não existem casas para os trabalhadores. Mais disse que o que queria para o seu concelho era uma planificação do Concelho e da Cidade. Referiu acreditar não ser fácil, sendo até difícil, pois se até para esta pequena cidade não há planeamento, verificando-se que em cada rua, em cada arruamento construído ou requalificado, verificam-se diferentes tipos de mobiliário e de equipamentos, onde nuns sítios se coloca alcatrão pintado, cimento pintado, e noutros paralelo, coloca-se areia que se desfaz, não havendo um fio condutor. Lamentou imenso ter que falar sobre este tema, pela inexistência de um fio condutor que lhe diga "vale a pena viver em Albergaria-a-Velha, vale a pena trabalhar em Albergaria-a-Velha e vale a pena contribuir para Albergaria-a-Velha". Mais disse depreender haver uma caça ao voto, um aproveitamento da boa-fé e da boa vontade das pessoas, para não falar dos passeios a Fátima e da ida à missa a Barcelos. Solicitou que sejam sérios na utilização dos dinheiros públicos para benefício de todos e na promoção da qualidade de vida dos munícipes.

Presidente da Câmara Municipal – cumprimentou todos os presentes na sessão. Respondendo à munícipe, mencionou que a mesma fez um conjunto de considerações, das quais tomou nota, estando completamente em desacordo com algumas observações. Informou que, em relação à pergunta colocada e que foi muito objetiva, esclareceu tratar-se de uma obra a cargo da Câmara Municipal, que não é para a Comissão de Festas, pedindo que esta informação fique bem clara, sujeita a concurso, como tem sido feito em relação às demais obras. Em relação à estratégia da habitação, indicou não concordar com o que foi dito, porque ainda não havia nenhum apoio ao arrendamento, e este executivo municipal elaborou um regulamento para apoio ao arrendamento que abrangeu mais de 300 famílias, que foram e continuam a ser apoiadas. Além deste apoio, verifica-se também a requalificação, desde o primeiro mandato, do Bairro das Lameirinhas. Neste momento estão a ser requalificadas 32 habitações neste Bairro, estando ainda a realizar-se obras de requalificação profunda em 12 habitações do Bairro da Misericórdia. Mais disse que já se iniciou a construção de mais de 9 habitações. Indicou ter havido um esforço ao longo dos últimos três mandatos não só em requalificar, não só em apoiar o arrendamento, como também inclusivamente construir novas habitações. Indicou que na última Assembleia Municipal foi aprovada uma ARU em São João de Loure e, nesta sessão de Assembleia Municipal, vão ser colocadas a apreciação e votação de mais duas ARU, em Frossos e em Telhadela (Ribeira de Fráguas), precisamente para criar incentivos às pessoas para requalificar as habitações. Relativamente à Avenida Dona Teresa, informou que foi lançado o concurso de requalificação no âmbito do Pacto 2020, o qual já foi adjudicado. Indicou que é preciso explicar às pessoas que, no âmbito do Pacto2020, foi possível obter o financiamento de 5,5 milhões de euros, fundos comunitários a utilizar na requalificação dessa avenida. Em relação aos passeios, esclareceu não concordar com a intervenção apresentada, porque foi feito um esforço em termos de acessibilidades nos passeios, reconhecido por responsáveis do anterior e atual Governo, existindo uma linha condutora. Poderá não se concordar, mas atualmente em Paris, Espanha, Lisboa, entre outros locais, as pessoas estão a optar por passeios de alcatrão. Este elemento não é o mais digno, mas é o que permite melhor acessibilidade e mais conforto às pessoas com dificuldades de mobilidade, para utilizadores de carrinhos de bebé, entre outras situações. Paris tem colocado películas de 2 milímetros de alcatrão em cima de pedras de mármore, que é um crime, seria inaceitável, mas Paris está a proceder dessa forma, tal como em

Marselha, entre outras cidades do mundo. Clarificou ser o elemento mais consensual e, se se olhar à volta de todos os municípios vizinhos, verifica-se que esta é a solução escolhida. Confirmou ser verdade haver um material que este executivo experimentou colocar, antes da colocação de tapete, um inerte colocado na frente da padaria/pastelaria Fornalha, passe a publicidade, o qual não surtiu resultado. O atual Secretário de Estado do Ambiente veio a Albergaria-a-Velha ver o trabalho, pois queria implementar o mesmo em Santa Maria da Feira, mas foi informado por este executivo para não o fazer perante o mau resultado, tendo-se tratado de uma aprendizagem. Informou que antes de utilizar o alcatrão/cimento, este executivo experimentou colocar outro tipo de material precisamente para dar uma maior dignidade, mas a preocupação principal foi criar precisamente um piso que permitisse a melhor mobilidade das pessoas, havendo outras considerações que depois poderá fazer. Mais disse que Albergaria-a-Velha foi um dos municípios que apostou mais na mobilidade, fazendo referência ao contrato que foi concessionado. Este foi um dos municípios que aumentou mais em termos de rede, de carreiras de resposta, quando se verificava a diminuição do número de carreiras por parte de outros municípios. Este município vai reajustando as carreiras em função das necessidades e, como é evidente, também em função da disponibilidade do operador. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições, declarou o período de intervenção aberto ao público encerrado, declarando, de imediato, aberto o Período Antes da Ordem do Dia. -----

D – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou inscrições para intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. -----

Firmino Mendes – PS – usou da palavra, lembrando que fez ontem exatamente um mês que a Comissão Europeia solicitou aos seus países membros que todos os residentes tivessem um kit de sobrevivência e, curiosamente, falando-se cada vez mais em crises sanitárias, guerras, catástrofes naturais, cimeiras, pactos, entre outros, hoje verificou-se uma correria aos kits de sobrevivência. Chamou à atenção para que as pessoas percebam que, quando lhes é pedida uma coisa, é porque algo está para acontecer. Na sua opinião, este pedido não foi feito por acaso, porque naquela altura Mark Rutte advertiu para o facto de as tensões na Europa estarem a aumentar, sendo muito possível que houvesse ataques com mísseis, ataques cibernéticos, entre demais ocorrências. Advertiu aos portugueses que se acautelem, porque, qualquer dia, em vez de 8 ou 12 horas, poderão verificar-se as tais 72 horas que Mark Rutte previu pudesse acontecer. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – usou da palavra, questionando ao Presidente da Câmara Municipal o que é suposto ser feito com os € 50.000,00 (cinquenta mil euros) referentes à construção do bar da Comissão de Festas, dado ter dito que não se destinava à Comissão de Festas, pedindo esclarecimentos sobre este assunto. -----

Presidente da Câmara Municipal – esclareceu que a estrutura é da responsabilidade do município, a qual será posteriormente concessionada e entregue a quem este executivo entender, com regras claras. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – indicou ter entendido da intervenção que será criada uma estrutura em Paus, o equivalente a bar, a adjudicar a uma entidade. -----

Presidente da Câmara Municipal – esclareceu que a estrutura será passível de ser cedida/emprestada em função dos eventos que houver no local. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – questionou qual foi a utilidade da reunião convocada, e realizada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim, referente ao contributo de trabalhadores para esta obra, salvo erro. -----

Presidente da Câmara Municipal – esclareceu que o objetivo da reunião foi a criação de uma bolsa de voluntários para fazer essa obra. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – indicou ter compreendido que, sendo os trabalhos realizados a título gratuito, a Câmara Municipal vai fornecer parte do investimento e o resto será mão-de-obra local. Confirmado que foi pelo Presidente da Câmara Municipal, questionou qual será o critério de atribuição da estrutura à entidade. -----

Presidente da Câmara Municipal – clarificou que o critério a utilizar será aplicado em função dos eventos que decorrerem no local, não só religiosos, pois o Estado é laico, mas também para outras associações que queiram utilizar aquele espaço. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – questionou se o espaço a ceder será aquele onde já existe o bar. -----

Presidente da Câmara Municipal – clarificou que não será nesse espaço, mas noutra existente ao lado. -----

Eva Lemos – PPD/PSD – cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do CDS-PP parabeniza o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelas Comemorações do 25 de Abril, as quais decorreram de forma elevada, muito participada, parabenizando ainda as entidades, as associações e a Junta de Freguesia de Angeja que deu o seu contributo, tendo sido efetivamente um dia em que se comemorou liberdade, evento que foi um grande sucesso. -----

Presidente da Assembleia Municipal – agradeceu as palavras de felicitações. Não havendo mais intervenções, deu por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia. -----

E – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA EM 28.02.2025.

Presidente da Assembleia Municipal – informou que, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 1. -----

Votação: colocada a votação a ata da sessão ordinária de fevereiro de 2024, realizada em 28.02.2025, estando presentes dezanove Membros Municipais, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor dos Membros Municipais presentes e com direito a voto. Não participaram na votação da presente ata, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita, os Membros Municipais: Rui Manuel Pereira Marques e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP. -----

PONTO 2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A “ATIVIDADE MUNICIPAL” E “SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO” ----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para eventuais esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou estar disponível para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem apresentadas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, deu início ao ponto 3. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS, INVENTÁRIO DE BENS E BALANÇO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2024 -----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para eventuais esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – informou estar disponível para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados. -----

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. -----

Sara Quinta – PPD/PSD – indicou que a bancada, ainda que limitada, do PPD/PSD, vai abster-se no presente ponto e no ponto seguinte da Ordem do Dia, em conformidade com o que tem sido a posição manifestada sobre o orçamento municipal, porque se o partido político que representa estivesse no poder, optaria por outras soluções. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes dezanove dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos e duas abstenções da Membro Municipal do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Relatório e Contas, Inventário de Bens e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2024, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17 de abril de 2025. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO (2ª REVISÃO) E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2ª REVISÃO) DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA PARA 2025

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para eventuais esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal – informou estar disponível para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados.

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não havendo intervenções, colocou o ponto 4 a votação.

Votação: colocado a votação, estando presentes dezanove dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos e duas abstenções da Membro Municipal do PPD/PSD e do Membro Municipal do PS, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Modificação ao Orçamento (2.ª Revisão) e às Grandes Opções do Plano (2ª Revisão) do Município de Albergaria-a-Velha para 2025, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17 de abril de 2025.

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO 5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE TELHADELA – FREGUESIA DE RIBEIRA DE FRÁGUAS

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, esclarecendo, em conjunto, os pontos 5 e 6 da Ordem do Dia. Indicou que este ponto surge na sequência daquilo que este executivo tem feito ao longo destes anos, para aumentar precisamente o perímetro dos centros urbanos em cada freguesia, a fim de criar condições mais benéficas e vantajosas para as pessoas poderem requalificar espaços. Neste âmbito, será possível pagar IVA a 6%, acrescido de um conjunto de benefícios, como isenções de taxas, entre outros. O objetivo é atingir o maior número possível de lugares e de freguesias.

Presidente da Assembleia Municipal – indicou que os pontos 5 e 6 da Ordem do Dia serão apreciados em conjunto e votados individualmente, obtida que foi a concordância de todos os Membros Municipais. Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção nos pontos 5 e 6.

Nuno Jesus – CDS-PP – usou da palavra, apresentando os seus cumprimentos a todos os presentes. Agradeceu a todos e em particular à Câmara Municipal pela presente iniciativa, pois sendo de Telhadela tem conhecimento de três ou quatro casos de pessoas que irão aproveitar esta oportunidade. As pessoas têm recuperando edifícios antigos, sem nenhum benefício do Estado, pelo que esta iniciativa vai beneficiar mais pessoas. Mais disse que todas as casas colocadas à venda nesta aldeia

são de imediato vendidas, o que é impressionante, fossem mais ainda. Mais disse que Telhadela é uma aldeia bastante antiga, mais do que Albergaria-a-Velha, tem bastante património e esta será uma forma de começar a agregar e fixar mais população, nem que seja de fora. -----

Arménio Silva – CDS-PP – usou da palavra, apresentando os seus cumprimentos. Congratulou-se pelo facto de estas duas ARU serem apresentadas na presente sessão, pois é o que esta Câmara Municipal se tinha proposto fazer e, nesse sentido, está a cumprir com aquilo que foi planeado. Indicou ser uma pena que não se tivesse conseguido, no imediato, estender a ARU ao lugar de Loure. Mais disse parecer-lhe bem que a zona de Telhadela e de Frossos agora estão bem, apelando para a continuidade das ARU, porque são extremamente importantes para reabilitar a mancha urbana, particularmente das freguesias mais carenciadas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscrições, colocou a apreciação o ponto 5.

Votação: colocado a votação, estando presentes dezanove dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, no âmbito do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Telhadela – Freguesia de Ribeira de Fráguas, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17 de abril de 2025. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE FROSSOS – FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOURE E FROSSOS -----

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo inscrições, colocou a votação o ponto 6. -----

Votação: colocado a votação, estando presentes dezanove dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, no âmbito do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Frossos – Freguesia de S. João de Loure e Frossos, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17 de abril de 2025. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

PONTO 7 – APRECIÇÃO DA LISTAGEM DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

(LCPA), EMITIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024 (ANO DE 2025), NO PERÍODO DE 01.02.2025 A 11.04.2025

Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal – usou da palavra, indicando estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal – solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto em apreciação. Não se verificaram inscrições.

Estando presentes dezanove dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal tomou conhecimento, por listagem, dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal na sessão de 13 de dezembro de 2024 (ano de 2025), no período de 01.02.2025 a 11.04.2025.

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO 8 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO EM MINUTA, PARA EFEITOS DE IMEDIATA EXECUTORIEDADE, DOS PONTOS 3 A 6 DO EDITAL N.º 55/21-25, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ART.º 57.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal – não havendo inscrições, colocou o ponto 8 a votação.

Votação: colocado a votação, estando presentes dezanove dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos de imediata executoriedade, os pontos 3 a 6 do Edital n.º 55/21-25, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

F – 2.º PERÍODO DA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO (LIMITADO A QUESTÕES CONSTANTES DA ORDEM DO DIA)

Presidente da Assembleia Municipal – informou não existirem inscrições para intervenção no 2.º período de intervenção aberto ao Público.

Concluída a Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram 21:50 horas, agradecendo a maneira participada e elevada como decorreu a sessão.

E para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo segundo do Regimento e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isabel Maria Rodrigues Andrade, que a redigi.

O Presidente da Assembleia Municipal
A Técnica Superior

Manuel Rui da Almeida Romão
Isabel Rodrigues